

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS LIVROS NA JURISPRUDENCIA DO STF ¹

Ana Paula Roman Junqueira²

Resumo: O presente artigo possui como objetivo sintetizar a interpretação dada pelo STF sobre a imunidade tributária dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. O primeiro capítulo deste estudo irá explicar no que consiste a imunidade tributária de maneira geral, apontando as diferenças entre o conceito desta e os de isenção e não incidência. Posteriormente haverá a teorização de maneira específica sobre a imunidade tributária dos livros, esta prevista no artigo 150, VI, d, da Constituição Federal de 1988. O terceiro capítulo será dedicado à pesquisa jurisprudencial do STF, verificando as principais decisões e o posicionamento da corte sobre o tema em questão. Por fim, é apresentada uma breve explicação do que vem sendo recentemente debatido a respeito da possibilidade do fim desta imunidade em decorrência da possível reforma tributária e sua respectiva repercussão.

Palavras chave: Imunidade dos livros. Direito Tributário. Jurisprudência sobre imunidade tributária.

Abstract: This article aims to summarize the interpretation given by the STF on the tax immunity of books, newspapers, periodicals and the paper intended for its printing. The first chapter of this study will explain what constitutes tax immunity in general, pointing out the differences in the concept of exemption and non-incidence. Subsequently, there will be specific theorizing about the tax immunity of books, as provided for in article 150, VI, d, of the Federal Constitution of 1988. The third chapter will be dedicated to the STF's jurisprudential research, verifying the main decisions and positioning of the court on the topic in question. Finally, I will provide a brief explanation of what has recently been debated regarding the possibility of ending this immunity as a result of the possible tax reform and its respective repercussions.

Keywords: Book immunity. Tax law. Jurisprudence on tax immunity

¹ Artigo científico elaborado como trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Jurisdição Federal – Turma 2020.

² Graduação em Direito pela CESUSC

Introdução

É notório que o Estado busca satisfazer os interesses da coletividade, almejando sempre a consecução do bem comum. A efetiva captação de recursos financeiros se torna necessária para que o Estado mantenha sua estrutura funcionando, pagando suas despesas e alcançando suas finalidades.

Há basicamente duas formas para que o Estado capte recursos para os cofres públicos, através de receitas originárias, que são obtidas através da exploração do próprio patrimônio estatal, ou então de receitas derivadas, estas decorrentes do patrimônio do particular. O direito tributário está inserido nesta segunda categoria, pois é através do poder de império que o estado coercitivamente obriga o particular a contribuir quando este pratica um fato gerador.³

Assim como a Constituição Federal de 1988 autoriza, delimita e da competência para os Entes instituírem determinados tributos, ela também traz as limitações ao poder de tributar, que são os princípios e as imunidades, expressos no artigo 150 da Carta Magna.

Cabe destacar o artigo a seguir:⁴

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

³ VILELA, Danilo Vieira. **Direito Financeiro**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Como visto, há determinados casos em que a Constituição limitou o poder de tributar do estado, proibindo que ensejasse a cobrança em tais situações, o que se chama de imunidades tributárias. Dentre as diversas imunidades existentes, encontra-se aquela prevista no artigo 150, inciso VI, alínea `d´, da CF/88, esta relacionada aos livros, jornais e periódicos e o papel destinado à sua impressão.⁵

A questão central deste estudo é apontar as principais decisões do Supremo Tribunal Federal sobre este tema, tendo em vista a atual ordem jurídica constitucional e considerando as mudanças que vem ocorrendo desde a promulgação da CF/88.

Com efeito, o número de julgados do STF sobre o tema – imunidade dos livros – que voltou à tona nos últimos meses, principalmente pelos que temem o seu esvaziamento pela reforma tributária em debate no Congresso, bem demonstra a importância de um estudo mais aprofundado do seu contorno constitucional. Para tanto, no primeiro capítulo, consta uma breve explicação do que consiste a imunidade tributária de maneira geral e a diferença entre esta, a isenção e a não incidência. O segundo capítulo é destinado a tratar mais

⁵ SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 12ª ed. Saraiva, 2020

especificamente da imunidade constante do artigo 150, VI, d, da CF/88. Em seguida são apresentadas algumas decisões do Supremo tribunal Federal a respeito do tema tratado que são muito relevantes, como por exemplo, a súmula vinculante número 57, que foi recentemente modificada, estendendo a imunidade aos livros digitais e seus componentes importados. Por fim, destaca-se a eventual mudança que pode vir a ocorrer caso haja a implementação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

1 Imunidades tributárias, isenção e não incidência

As imunidades tributárias são uma garantia constitucional que limitam o poder de tributar. Estão previstas no art. 150, inciso VI, art. 5º inciso XXXIV, art. 149, §2º, inciso I, art.153, §3º, inciso III, art.155, §2º, inciso X, alínea “a” e art. 195, §7º da CF/88. Elas delimitam a competência tributária conferida pela Constituição Federal aos entes tributantes, muitos autores dizem que seria uma competência tributária negativa, pois enquanto a competência tributária positiva dispõe sobre as possibilidades de instituição de um determinado tributo, a imunidade dispõe sobre o que não pode ser tributado, impedindo a incidência de lei sobre determinado fato.⁶

Existem as imunidades subjetivas, que são conferidas em razão da condição de determinada pessoa, citamos como exemplo as constantes nas alíneas a b e c do art. 150, VI. Já a imunidade objetiva, é instituída em virtude de determinados fatos, bens ou situações. Está descrita na alínea d, e é a imunidade do presente estudo, afastando a instituição de impostos sobre os livros, jornais, periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão.⁷

Assim, já foi decidido que a imunidade constante do art. 150, VI, d da CF/88 contempla apenas os veículos de comunicação e informação, e são de natureza objetiva, não se estendendo às editoras, autores, empresas jornalísticas ou de publicidade.⁸

⁶ PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 9ª ed. Saraiva, 2018, p. 121

⁷ SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário** - 12ª ed., p. 408

⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº206.774. Brasília, . Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Importante ressaltar que o sistema das imunidades alcança somente a obrigação tributária principal, que seria o dever de pagar os tributos em si, não atingindo as obrigações tributárias acessórias, que são aqueles deveres instrumentais que decorrem da obrigação principal, como por exemplo sofrer a fiscalização. Questão, inclusive, já decidida pelo STF.⁹

Para maiores esclarecimentos, cabe destacar o art.113 e art. 194, ambos do CTN:¹⁰

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Art. 194 (...)

Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

No que diz respeito a comparação desta com a isenção, Luciano Amaro diz que “ a diferença entre a imunidade e a isenção está em que a primeira atua no plano da definição da competência e a segunda opera no plano do exercício da competência”.¹¹

O entendimento majoritário da jurisprudência é que na isenção ocorre a incidência tributária, porém há uma dispensa legal do pagamento do tributo. Na imunidade sequer existe o exercício da competência legislativa para instituir o tributo, logo, não se fala de incidência.

Diferentemente da imunidade tributária, a isenção está prevista na lei, ou seja, é infraconstitucional. Assim, tendo sido instituído determinado tributo, surge a isenção como

⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº 627.051.Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 5.172, de 1966. Código Tributário Nacional. Brasília , Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

¹¹ AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**, 14.ed. p.152

um modo de desonerar determinado contribuinte em determinada situação. Pode ser que haja a enquadramento de uma situação na hipótese de incidência descrita na norma, ou seja, pode ser que ocorra o fato gerador, mas através da isenção haverá a exclusão do crédito tributário. Assim, a pessoa do contribuinte não precisa arcar com o ônus de pagar pelo simples fato da norma legal ter isentado tal situação.

Já a não incidência, conforme diz Leandro Paulsen “ é a consequência do fato de uma determinada situação não se enquadrar naquela hipótese de incidência descrita”.¹²

Ou seja, no caso da “não incidência”, assim como nas imunidades tributárias, não ocorre o fato gerador, já na isenção o fato gerador ocorre, mas há dispensa legal do crédito.

Falando das imunidades, é importante salientar que apesar de as principais imunidades estarem previstas no artigo 150, VI, da CF/88, se referindo estas especificamente aos impostos, elas não se esgotam por aí. Há outros dispositivos previstos na constituição que fazem com que outros tributos, além dos impostos, sejam imunes em determinados casos.

Mesmo que a carta constitucional, em alguns dispositivos fale em “isenção”, deve-se entender como sendo uma imunidade, pois a desoneração está prevista na Constituição e nesta sede não há o que se discutir, trata-se de limitação de competência tributária. Tema inclusive já debatido e decidido pelo Supremo Tribunal Federal.¹³

EMENTA: Recurso extraordinário. Alcance da imunidade tributária relativa aos títulos da dívida agrária. - Há pouco, em 28.09.99, a Segunda Turma desta Corte, ao julgar o RE 169.628, relator o eminente Ministro Maurício Corrêa, decidiu, por unanimidade de votos, que o § 5º do artigo 184 da Constituição, embora aluda a isenção de tributos com relação às operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, não concede isenção, mas, sim, imunidade, que, por sua vez, tem por fim não onerar o procedimento expropriatório ou dificultar a realização da reforma agrária, sendo que os títulos da dívida agrária constituem moeda de pagamento da justa indenização devida pela desapropriação de imóveis por interesse social e, dado o seu caráter indenizatório, não podem ser tributados. Essa imunidade, no entanto, não alcança terceiro adquirente desses títulos, o qual, na verdade, realiza com o expropriado negócio jurídico estranho à reforma agrária, não sendo assim também destinatário da norma

¹² PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 12ª ed. 2021 pág. 122

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº 168.110. Brasília. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

constitucional em causa. - Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido.

Ainda como exemplo está o disposto no art. 195, §7º, por mais que contenha a palavra “isenta” em seu caput, entende-se como sendo as entidades beneficentes de assistência social imunes, e não isentas, de contribuição social. Da mesma forma o disposto no art. 155, §2º, X, o qual trás o vocábulo “não incidirá”, porém resta claro tratar-se de verdadeira imunidade.

O presente artigo, no entanto, se destina a analisar a imunidade dos impostos, especificamente aqueles que incidem sobre o livro, o jornal, o periódico e o papel destinado a impressão de tais veículos de pensamento.

2 Imunidade dos livros jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão

Disposta na alínea d, inciso VI, do art. 150 da Carta Magna, esta imunidade é uma garantia fundamental que estimula e facilita o acesso à cultura e à educação. Tem como objetivo proteger a livre manifestação de pensamento e de comunicação, além de garantir o amplo exercício da liberdade de expressão intelectual, artística e científica.¹⁴

Como dito, ela visa proteger o direito fundamental da manifestação de pensamento, configurando-se como uma garantia fundamental. Assim, em decorrência do disposto no art. 60 § 4º da CF/88, é atribuída a ela uma condição de cláusula pétrea, não podendo ser revogada nem restringida pelo poder constituinte derivado.¹⁵

De todas as imunidades previstas no inciso VI do art. 150 da CF, esta é a única puramente objetiva, que impede apenas a cobrança dos impostos que incidem sobre os livros, jornais, periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão. Não importando quem comprou ou quem vendeu, o que importa é o objeto, livro, ser imune, assim não irá incidir ICMS quando este sai do estabelecimento comercial, nem IPI quando sai da indústria, nem

¹⁴ PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 12ª ed. 2021, pág.135

¹⁵ CF/88; Art.60 (...) § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV- os direitos e garantias individuais.

II quando é estrangeiro e ingressa no território nacional, porém estão excluídas da imunidade, por exemplo as livrarias, que pagarão IR decorrente de seus rendimentos e IPTU de sua propriedade imóvel.¹⁶

Muitos autores chamam o disposto na alínea “d” de imunidade de imprensa, imunidade cultural, entre outros. Mas o que importa destacar é que esta imunidade visa a baratear o custo dos livros, para assim, ampliar o acesso à cultura, além de facilitar a livre manifestação do pensamento, preservando e protegendo todos os direitos e garantias individuais (CF, art. 5º, IV; IX e XIV).

3 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do disposto no art.150, VI, d, da CF/88.

Em relação a interpretação das imunidades, o STF tem dado, em determinados casos, caráter ampliativo ou restritivo. No caso específico da imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, o STF adota a interpretação mais abrangente possível, de modo que os julgados estejam sempre se adaptando aos novos fenômenos sociais e culturais, se projetando ao futuro.

Quando analisamos o livro em si, vemos que o conceito é amplo e complexo, ele serve como meio para propagar um pensamento, pode conter uma base física em papel ou até mesmo mídia eletrônica, pode trazer informações científicas ou levianas. Existem inúmeras possibilidades para caracterizar o livro, mas o que importa destacar é que eles devem ter uma finalidade de geração de informação e tragam um tipo de conteúdo.¹⁷

Estão incluídos neste conceito aquelas informações transmitidas em formato de apostilas, manuais técnicos, entre outros:

EMENTA: IMUNIDADE - IMPOSTOS - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEL DESTINADO À IMPRESSÃO - APOSTILAS. O preceito da alínea "d" do inciso VI do artigo 150 da Carta da República alcança as chamadas apostilas, veículo de transmissão de cultura simplificado. (STF, Segunda Turma, RE 183.403, 2000)

¹⁶ ALEXANDRE, Ricardo, **Direito Tributário Esquematizado**. 11ª ed. Juspodvm, 2017.,pág. 230

¹⁷ SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário** - 12ª ed., p.411

Inclusive já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal que a imunidade alcança também o álbum de figurinhas. Conforme o julgado exposto a seguir:

EMENTA: 'Álbum de figurinhas'. Admissibilidade. A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão tem por escopo evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, bem como facilitar o acesso da população à cultura, à informação e à educação. O Constituinte, ao instituir esta benesse, não fez ressalvas quanto ao valor artístico ou didático, à relevância das informações divulgadas ou à qualidade cultural de uma publicação. Não cabe ao aplicador da norma constitucional em tela afastar este benefício fiscal instituído para proteger direito tão importante ao exercício da democracia, por força de um juízo subjetivo acerca da qualidade cultural ou do valor pedagógico de uma publicação destinada ao público infanto-juvenil" (STF, RE 221.239, 2004).

O STF entende que a imunidade além de alcançar os fascículos semanais, alcança também os encartes e capas a serem distribuídos juntamente com eles:

EMENTA: "... IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. IMPORTAÇÃO DE ENCARTES E CAPAS PARA LIVROS DIDÁTICOS A SEREM DISTRIBUÍDOS EM FASCÍCULOS SEMANAIS AOS LEITORES DO JORNAL.1. O livro, como objeto da imunidade tributária, não é apenas o produto acabado, mas o conjunto de serviços que o realiza, desde a redação até a revisão da obra, sem restrição dos valores que o formam e que a Constituição protege. Precedente. 2. Hipótese em que se pretende tributar a importação de encartes e capas para livros didáticos a serem distribuídos em fascículos semanais aos leitores do jornal, os quais, por disposição constitucional, estão excluídos do alcance do poder de tributar da autoridade estatal, em todas as fases de sua elaboração. Impossibilidade. Agravo regimental não provido. (STF, RE (AgRg) n. 225.955)

Quanto a imunidade de jornais e periódicos esta também é ampla e inclui até mesmo as propagandas feitas e impressas ali, foi decidido pelo STF inúmeras vezes neste sentido. Um dos fundamentos está em que é dado a imunidade pelo fato de que é através destas propagandas e anúncios que os jornais conseguem fonte de renda para assim transmitirem a informação.

EMENTA: JORNAIS E PERIODICOS - I.S.S. - IMUNIDADE TRIBUTARIA (EXEGESE DO ART. 19, III, D, DA EC. N. 1/1969). A IMUNIDADE ESTABELECIDNA NA CONSTITUIÇÃO É AMPLA, ABRANGENDO OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA JORNALISTICA NA TRANSMISSAO DE ANUNCIOS E DE PROPAGANDA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. (STF, RE 87.049, 1978)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS. NÃO INCIDE SOBRE ANUNCIOS E PUBLICIDADE EM JORNAL. **PRECEDENTE:** RE 87.049, PLENO DE 13.04.78, RTJ 87/608 (STF, RE 91.662, 1980)

Já no que diz respeito a simples distribuição de encartes de propaganda entregues junto com os jornais ou periódicos, o STF entendeu ausente a imunidade. Ou seja, é necessário que a propaganda esteja impressa no corpo do jornal para ser imune.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ENCARTES DE PROPAGANDA DISTRIBUÍDOS COM JORNAIS E PERIÓDICOS. ISS. ART. 150, VI, d, DA CONSTITUIÇÃO. Veículo publicitário que, em face de sua natureza propagandística, de exclusiva índole comercial, não pode ser considerado como destinado à cultura e à educação, razão pela qual não está abrangido pela imunidade de impostos prevista no dispositivo constitucional sob referência, a qual, ademais, não se estenderia, de qualquer forma, às empresas por eles responsáveis, no que concerne à renda bruta auferida pelo serviço prestado e ao lucro líquido obtido. Recurso não conhecido. (RE 213.094,1999)

EMENTA: ISS: incidência sobre serviços de distribuição de encartes de propaganda de terceiros por jornais e periódicos: inexistência da imunidade prevista no artigo 150, VI, d, da Constituição: **precedente (RE 213.094, Galvão, DJ 15.10.99).(STF, AI 368.007 Ag.Reg,2004)**

Além disso, o STF entende que não há restrição quanto ao conteúdo e as informações contidas nos livros, jornais e periódicos serem ou não relevantes, não podendo o aplicador da norma instituir um juízo de valor sobre o que poderia ou não ser imune.

Como por exemplo no caso das listas telefônicas, que foram consideradas de utilidade pública e, portanto, imunes "... Firmou-se a jurisprudência no sentido que a imunidade constitucional assegurada à publicação de periódicos impede a cobrança de ISS sobre a edição de listas telefônicas".¹⁸

Uma das decisões mais importantes sobre a imunidade dos livros foi o RE 330.817, julgado em 8 de março de 2017, no qual o STF estendeu o alcance da imunidade tributária para o livro eletrônico (e-book). Com o fundamento de que a Constituição não se referiu apenas ao método impresso de produção dos livros, ela quis abranger variadas formas de transmitir o conteúdo, inclusive através do livro eletrônico.¹⁹ Ao interpretar o art. 150, VI, d da Constituição, devemos levar em conta a emergência da cultura digital, que desde do final do século XX vem cada vez sendo mais difundida, sendo necessária uma interpretação constitucional evolutiva, que se adeque a realidade. Ou seja, o que importa para caracterizar a imunidade em questão é que haja liberdade de expressão, independente do suporte físico que irá transmitir tal conhecimento.

EMENTA: "... A interpretação das imunidades tributárias deve se projetar no futuro e levar em conta os novos fenômenos sociais, culturais e tecnológicos. Com isso, evita-se o esvaziamento das normas imunizantes por mero lapso temporal, além de se propiciar a constante atualização do alcance de seus preceitos. 4. O art. 150, VI, d, da Constituição não se refere apenas ao método gutenberguiano de produção de livros, jornais e periódicos. O vocábulo "papel" não é, do mesmo modo, essencial ao conceito desses bens finais. O suporte das publicações é apenas o continente (corpus mechanicum) que abrange o conteúdo (corpus mysticum)

¹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº114.790. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 21 jan. 2021

¹⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº330.817. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 21 jan. 2021

das obras. O corpo mecânico não é o essencial ou o condicionante para o gozo da imunidade, pois a variedade de tipos de suporte (tangível ou intangível) que um livro pode ter aponta para a direção de que ele só pode ser considerado como elemento accidental no conceito de livro. A imunidade de que trata o art. 150, VI, d, da Constituição, portanto, alcança o livro digital (e-book)...”(STF, RE 330.817, 2017)

Neste mesmo julgado foi decidido que a imunidade alcança também o denominado “audio book”, ou audiolivro.

EMENTA: “... é dispensável para o enquadramento do livro na imunidade em questão que seu destinatário (consumidor) tenha necessariamente que passar sua visão pelo texto e decifrar os signos da escrita. Quero dizer que a imunidade alcança o denominado “audio book”, ou audiolivro (livros gravados em áudio, seja no suporte CD-Rom, seja em qualquer outro)...”(STF, Tribunal Pleno, RE 330.817, 2017)

No que diz respeito aos aparelhos leitores de livros eletrônicos, os e-readers, o STF ampliou a imunidade alcançando-os também, mas apenas eles, excluindo da imunidade os smartphones, tablets, e etc..

EMENTA: “... A teleologia da regra de imunidade igualmente alcança os aparelhos leitores de livros eletrônicos (ou e-readers) confeccionados exclusivamente para esse fim, ainda que, eventualmente, estejam equipados com funcionalidades acessórias ou rudimentares que auxiliam a leitura digital, tais como dicionário de sinônimos, marcadores, escolha do tipo e do tamanho da fonte etc. Esse entendimento não é aplicável aos aparelhos multifuncionais, como tablets, smartphone e laptops, os quais vão muito além de meros equipamentos utilizados para a leitura de livros digitais...” (STF, Tribunal Pleno, RE 330.817, 2017)

Nesse caso, para ter gozo da imunidade, tem que ter a finalidade de ser somente um aparelho leitor de livro digital, e não um aparelho multifuncional como os smartphones.

O CD- Rom também está embarcado nessa imunidade, servindo como suporte do livro, que é o conteúdo ali fixado. Destaca-se tese firmada em relação ao tema nº 593:

“A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.”²⁰

No julgamento do RE 595.676 se discutia o alcance da imunidade aos componentes eletrônicos que complementavam e acompanhavam o material didático impresso, utilizados em curso prático de montagem de computadores.²¹ E foi assim fixada a seguinte tese: “ A imunidade da alínea “d” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos”²²

Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal editou súmula vinculante a respeito do tema. Assim, através da Proposta de sumula vinculante (PSV 132), por decisão unânime, a corte suprema pacificou o seu entendimento e estendeu a imunidade aos livros digitais e seus componentes importados utilizando como precedente o RE 330.817 acima estudado. Agora não só os livros eletrônicos são imunes, como também seus acessórios, suportes e leitores eletrônicos²³. Assim, a atual redação da súmula vinculante 57 traz o seguinte:

“ A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias. “

Quanto a análise do papel em si, importa ressaltar que este é o único insumo protegido na alínea “d”, pois os outros - livros, jornais e periódicos-, são propriamente veículos de pensamento. O STF tem interpretado literalmente a constituição, vedando o alcance da imunidade a outros tipos de insumos que não sejam o papel ou assimiláveis a ele, tendo, portanto, uma interpretação restritiva nesse sentido. Assim estão excluídas da

²⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº330.817. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 21 jan. 2021

²¹ SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário** - 12ª ed., p. 416

²² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº595.675. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 21 jan. 2021

²³ STF, Notícias. STF aprova súmula vinculante sobre imunidade tributária para livros eletrônicos. 2020. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441499&caixaBusca=N>. Acesso em: 22 jan. 2021

imunidade do art. 150, VI, “d” da CF/88, a importação de insumos gráficos²⁴, os maquinários e peças necessárias a produção de jornais²⁵, as tintas²⁶, entre outros... Destaco os julgados a seguir, sobre a inaplicabilidade no caso de outros insumos e a interpretação restritiva dada pelo Supremo nesses casos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 150, VI, D, DA CF. ABRANGÊNCIA. IPMF. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. AGRAVO IMPROVIDO. I – O Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, d, da Constituição Federal deve ser interpretada restritivamente e que seu alcance, tratando-se de insumos destinados à impressão de livros, jornais e periódicos, estende-se, exclusivamente, a materiais que se mostrem assimiláveis ao papel, abrangendo, por consequência, os filmes e papéis fotográficos. Precedentes. II – A imunidade prevista no art. 150, VI, d, da Lei Maior não abrange as operações financeiras realizadas pela agravante. III – Agravo regimental improvido. **(STF, RE 504.615, 2011)**

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. ICMS. IMUNIDADE. ARTIGO 150, VI, ‘D’, DA CONSTITUIÇÃO. ALCANCE. INSUMOS EMPREGADOS NA FABRICAÇÃO DO PAPEL DESTINADO À CONFECÇÃO DE LIVROS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER OBJETIVO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. **(STF, RE 848.696, 2016)**

EMENTA: ICMS. Tinta para impressão de livros, jornais, revistas e periódicos. Não ocorrência de imunidade tributária. - Esta Corte já firmou o entendimento (a título exemplificativo, nos RREE 190.761, 174.476, 203.859, 204.234, 178.863 e 267.690) de que apenas os materiais relacionados com o papel - assim, papel fotográfico, inclusive para fotocomposição por laser, filmes fotográficos, sensibilizados, não impressionados, para imagens monocromáticas e papel para telefoto - estão abrangidos pela imunidade tributária prevista no artigo 150, VI, “d”, da Constituição. - No caso, trata-se de tinta para impressão de livros, jornais, revistas e periódicos, razão por que o acórdão recorrido, por ter esse insumo como abrangido pela referida imunidade, e, portanto, imune ao ICMS, divergiu da jurisprudência desta Corte. Recurso extraordinário conhecido e provido. **(STF, RE 265.025, 2001)**

²⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº203.124. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 21 jan. 2021

²⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AgR no RE 244.698. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

²⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE nº265.025. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

Com a Súmula n. 657 do STF, aprovada em setembro de 2003, ficou estabelecida que, em relação aos insumos, estão abrangidos pela imunidade além do papel propriamente dito, todos aqueles assimiláveis a ele, como por exemplo o papel para impressão, papel telefoto, o papel fotográfico entre outros tipos.

Destaca-se a Súmula 657 do STF: “A imunidade prevista no art. 150, VI, d, da Constituição Federal abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos. ”

No entanto importa ressaltar que uma parte da doutrina²⁷ e alguns julgados do Supremo²⁸ tem defendido a interpretação extensiva quanto aos insumos protegidos pela imunidade, inclusive o STF já se manifestou que “ o livro não é apenas o produto acabado, mas o conjunto de serviços que o realiza”²⁹.

Assim, por mais que a orientação dada pelo Supremo Tribunal Federal seja no sentido de interpretar restritivamente, muitos doutrinadores e até mesmo a Suprema Corte tem defendido a interpretação extensiva. Um grande exemplo disso foi a decisão da Primeira Turma do STF, que estendeu o alcance da imunidade aos produtos importados no julgamento do RE 202.149³⁰, que posteriormente veio a ser embargado. Cabe destacar que a recorrente ao deduzir o recurso demonstrou a existência do dissídio jurisprudencial e disse:

“No rastro da orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal as imunidades tributárias devem ser interpretadas restritivamente, pois a imunidade encerra restrição à capacidade ativa tributária e se trata de uma exoneração, no nascedouro, do dever geral de pagar tributos. Logo, por ser uma norma concessiva de benefício fiscal, nada obstante de matriz constitucional, deve ser interpretada

²⁷ MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, p. 248, 2002; CARRAZA, Antônio Roque. Curso de direito constitucional tributário, p. 681, 2002.

²⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 434.826. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

²⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agrg no RE 225.955. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

³⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 2012.149. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

restritivamente, pois a regra é o pagamento de tributos.” (RE 2012.149; fls. 131,134 e 140) ³¹

O Min. Celso de Mello, por mais que defenda uma interpretação ampla e extensiva, levou em consideração o princípio da colegialidade e julgou os Embargos de Divergências de modo a adequar o entendimento da Primeira turma com a orientação dominante do Supremo, que no caso é restritiva.

“(…) Tenho sustentado, com fundamento em autorizada lição doutrinária a possibilidade de interpretação extensiva do postulado da imunidade tributária, na hipótese prevista no art. 150, VI, “d”, da Carta Política...Considero, por isso mesmo, que o postulado da imunidade qualifica-se como instrumento de proteção constitucional vocacionado a preservar direitos fundamentais – como a liberdade de informar e o direito do cidadão de ser informado –, em ordem a evitar uma situação de perigosa submissão tributária das empresas jornalísticas ao poder impositivo do Estado ... Ocorre, no entanto, tal como anteriormente assinalai, que o Supremo Tribunal Federal, ao interpretar o alcance e a abrangência da cláusula inscrita no art. 150, VI, “d”, da Constituição, firmou orientação a propósito da controvérsia ora em julgamento, no sentido de excluir, do âmbito do instituto da imunidade tributária, itens ou insumos outros, além dos expressamente referidos e daqueles que se revelam assimiláveis ao papel, procedendo a uma verdadeira interpretação restritiva do preceito constitucional em referência” ³²

O Ministro ainda destacou outros julgados do Supremo que firmaram a orientação restritiva para aqueles casos em que foi pleiteada a imunidade para além dos papeis e assimiláveis a ele

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. ISS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 150, VI, ‘D’, DA CF. ABRANGÊNCIA. SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA . AGRAVO IMPROVIDO. I – A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, ‘d’, da Constituição Federal não abrange os serviços de composição gráfica. Precedentes . II – O Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que a imunidade em discussão deve ser interpretada restritivamente . III – Agravo regimental improvido.’ (RE 631.864-AgR/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI)

³¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 2012.149; fls. 131, 134 e 140. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

³² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 2012.149. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 150, INC. VI, ALÍNEA D, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. EXTENSÃO AOS SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA : IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. ” (RE 435.978-AgR/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA)

Assim, conforme a súmula 657 do STF, a imunidade não está restrita somente ao papel em si, ela é extensiva com relação aos filmes e papéis fotográficos necessários a publicação de jornais e periódicos. Porém, esta imunidade não deve ser aplicada de modo amplo e irrestrito, “ a pretensão de estender a garantia constitucional da imunidade tributária, em infinito e regresso, de modo a abarcar os insumos empregados na fabricação do papel, não encontra guarida na jurisprudência”³³ Portanto a imunidade do artigo 150, V, “d” até o presente momento tem se demonstrado restrita nos demais casos, por exemplo com relação as tintas, as máquinas e aparelhos utilizados por empresa jornalística, a importação de insumos gráficos, entre outros.

4 Considerações finais

Atualmente tem surgido certa discussão a respeito do fim da imunidade tributária dos livros, fato este que merece nossa total atenção, visto que com a reforma tributária proposta por Paulo Guedes -ministro da economia- implicaria na extinção de alguns tributos, dentre os quais do PIS e COFINS que seriam substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A CBS, que segue o modelo do Imposto sobre valor agregado (IVA) presente na União Europeia e em outros países, foi proposta para simplificar a tributação sobre o consumo, concentrando em apenas um tributo todas as cobranças.

Ocorre que com a instituição desta contribuição não haveria mais alíquota zero para as contribuições do PIS/Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente de venda de livros, ou seja, diferentemente do que prevê o artigo 28, da VI Lei nº 10.865/04, caso a

³³BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 848.696 AgR. Brasília,. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 jan. 2021

proposta de reforma tributária apresentada pelo ministro da Economia -Projeto de Lei 3887/2020- seja aprovado, acabaria por tributar os livros.³⁴

Com a extinção do PIS/COFINS e a aprovação da nova legislação, a alíquota será de 12%, incidente diretamente sobre a receita bruta auferida com a comercialização de livros e periódicos e não mais será alíquota zero. Fato este que caso se concretize estará em conflito com os propósitos constitucionais, pois os livros, conforme o art. 150, VI, d, da CF/88 são imunes, não podendo o poder público instituir imposto sobre eles.

Por mais que estivermos falando de uma futura contribuição – a CBS- e não de um imposto propriamente dito, isto fere o objetivo maior que o poder constituinte quis proteger.³⁵

Assim, inúmeras discussões estão sendo travadas a respeito disto, pois por um lado concordo que a reforma tributária é fundamental para a retomada econômica e a geração de empregos em nosso país, mas pelo outro apresenta alguns pontos questionáveis, principalmente no que diz respeito a eventual tributação dos livros. A imunidade dos livros surgiu na constituição de 1946 e está presente até hoje na Constituição de 1988.

Deve-se atentar não apenas ao sentido literal da nossa Constituição, mas sim ao que o poder constituinte pretendeu ao proibir a instituição de imposto sobre os livros. Ele não queria apenas baratear o custo das obras, mas sim difundir a cultura, fazendo com que este fosse acessível a toda população. Além disso o que se buscou foi evitar que censurassem os livros através dos tributos, pois o interessante para um país democrático é ter o livre acesso a informação, e quanto mais editoras, livros e conteúdos sendo disponibilizados mais próximos estará este ideal.

Conforme estudado no presente artigo o Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado de que esta imunidade se trata de uma garantia fundamental, devendo o aplicador da norma fazer uma interpretação evolutiva com vista a adequar os julgados de acordo com a evolução da sociedade e neste caso da tecnologia também, visto que atualmente muitos livros e conteúdos estão sendo disponibilizados virtualmente, ampliando o acesso ao conhecimento e a cultura de

³⁴ Pontes, Helenilson Cunha e Juliana Fonseca; A inconstitucional tentativa de tributação dos livros; Conjur, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-26/consultor-tributario-inconstitucional-tentativa-tributacao-livros> . Acesso em: 18 jan. 2021

³⁵ Machado Segundo, Hugo de Brito; Tributação de livros reabre discussão sobre natureza das contribuições; Conjur, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-19/consultor-tributarioa-tributacao-livros-cbs-reabre-discussao-natureza-contribuicoes#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20CBS%20e,quando%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20CBS> . Acesso em: 16 jan. 2021

muitas pessoas. Se trata de uma imunidade que, assim como as outras, é de extrema importância, visto que ela preserva a liberdade de expressão, de imprensa e de comunicação, está prevista na Constituição, protege os direitos fundamentais e é uma cláusula pétrea.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo, **Direito Tributário Esquematizado**. 11ª ed. Juspodvm, 2017

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**, 14ª ed., Saraiva, 2008

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm

Brasil. Supremo Tribunal Federal. AgR no RE 244.698. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 02 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. AI 368.007 Ag.Reg.Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 30 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 265.025. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 08 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 114.790.Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 30 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 168.110.Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 20 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 183.403.Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 28 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 202. 149. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 16 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 202.114. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 16 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 203.124/RS. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 02 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 206.774/RS. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 20 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 213.094/ES. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 30 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 221.239/SP. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 28 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 225.955/RS. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 30 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 330.817. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 30 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 434.826. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 16 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 504.615. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 20 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 504.615. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 08 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 595.675. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 02 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 627.051. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 28 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 848.696. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 08 fev. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 87.049/SP. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 28 jan. 2021.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 91.662/SP. Disponível em (<http://www.stf.gov.br/> no site). Acesso em 30 jan. 2021.

CARRAZA, Antônio Roque. **Curso de direito constitucional tributário**, 18ª ed. Malheiros, 2002.

Machado Segundo, Hugo de Brito; Tributação de livros reabre discussão sobre natureza das contribuições; Conjur, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-19/consultor-tributarioa-tributacao-livros-cbs-reabre-discussao-natureza-contribuicoes#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20CBS%20e,quando%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20CBS> . Acesso em: 16 jan. 2021

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. Malheiros, 2002

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 12ª ed. Saraiva, 2021.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 9ª ed. Saraiva, 2018.

Pontes, Helenilson Cunha e Juliana Fonseca; A inconstitucional tentativa de tributação dos livros; Conjur, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-26/consultor-tributario-inconstitucional-tentativa-tributacao-livros> . Acesso em: 18 jan. 2021.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 12ª ed. Saraiva, 2020

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 657**. Disponível em:
<https://jurisprudencia.stf.jus.br/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 57**. Disponível em:
<https://jurisprudencia.stf.jus.br/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VILELA, Danilo Vieira. **Direito Financeiro**. 2ª ed. Juspodivm, 2020

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 114.790. Disponível em:
<https://jurisprudencia.stf.jus.br/>. Acesso em: 25 fev. 2021.